



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Rua Empresário Manoel Theodoro Freire, nº 35, Centro, Espírito Santo/RN  
CEP: 59.180-000 - CNPJ: 08.362.287/0001-01

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000002/2020 – PMES/RN**

O **MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN**, inscrito no CNPJ sob nº. 08.362.287/0001-01, com sede na Rua Empresário Manoel Theodoro Freire, nº 35, Centro, Espírito Santo/RN, por meio de sua Pregoeira, designada pela Portaria nº. 007/2020 - GP, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo “**MENOR VALOR POR LOTE**”, às 10h (Horário de Brasília) do dia 04 de **NOVEMBRO** de 2020, conforme **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 000123/2020 – PMES/RN**, nos termos da Lei nº. 10.520/02, do Decreto Federal 10.024/2019, e subsidiariamente, das normas constantes na Lei nº. 8.666/93, com as devidas alterações, e demais normas pertinentes.

*Observação: O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página eletrônica: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).*

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto desta licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o “**MENOR VALOR POR LOTE**”, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Termo de Referência

**ANEXO II** - Modelo da Proposta de Preços.

**ANEXO III** - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002).

**ANEXO IV** - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

**ANEXO V** - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

**ANEXO VI** - Minuta de Ata de Registro de Preços

**ANEXO VII** – Modelo de Declaração Assegurando a Inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

2.1. O órgão gerenciador será o Município de Espírito Santo/RN.

2.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

2.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.2.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.2.3. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

2.3. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados (pessoa física e jurídica) pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto as exigências quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

3.2.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretada, ou em processo de recuperação extrajudicial;

3.2.2. Em dissolução ou em liquidação;

3.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei n° 8.666, de 1993;

3.2.4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7° da Lei n° 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores

3.2.5. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, §8°, inciso V, da Lei n°. 9.605/1998;

3.2.6. Que não apresente na fase de credenciamento a Declaração de que cumpre os requisitos de Habilitação, conforme anexo III.

3.2.7. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.8. Que estejam reunidas em consórcio;

3.2.9. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.2.10. Estrangeiras que não funcionem no País;

3.2.11. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º. da Lei nº. 8.666/93.

3.3. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) observadas data e horário limite estabelecido neste edital.

3.4. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

3.5. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão

3.6. No caso de desconexão com a Pregoeira no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

3.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

3.8. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão se referir ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA ABERTURA DA SESSÃO E DO CREDENCIAMENTO**

4.1. Para participação da licitação ou simples acompanhamento da mesma, o interessado deverá acessar, na internet, a página [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no link "Processos" para acompanhar, ou cadastrar-se no link "Adesão", para participar;

4.2. As propostas comerciais serão recebidas a partir das **08h (Horário de Brasília) do dia 20/10/2020 até às 08h (Horário de Brasília) do dia 04/11/2020**, por meio do endereço [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico;

4.3. As propostas serão abertas às **09h30 (Horário de Brasília) do dia 04/11/2020**.

4.4. O início da sessão de disputa de preços ocorrerá às **10h (Horário de Brasília) do dia 04/11/2020**.

4.5. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão fazer o prévio cadastramento do usuário, da senha pessoal que é intransferível, através do site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

4.6. Eventuais dúvidas para obtenção da senha deverão ser solicitadas pelo telefone (61) 3120-3737 (Portal de Compras Públicas).

4.7. A senha poderá ser utilizada em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Portal de Compras Públicas, devidamente justificado.

4.8. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Espírito Santo/RN e/ou Portal de Compras Públicas, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.9. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.10. Em se tratando de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte” ou suas respectivas abreviações, “ME” ou “EPP”, à sua firma ou denominação conforme o caso.

4.11. Caso o PROPONENTE já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema. Para tanto, deverá dirigir-se ao Portal de Compras Públicas.

4.12. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA PROPOSTA DE PREÇOS**

5.1. As propostas serão encaminhadas via sistema eletrônico. O envio da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.2. As propostas deverão ser cadastradas no sistema, VALOR UNITÁRIO POR ITEM;

5.3. Qualquer problema com o cadastramento das propostas, o licitante deverá entrar em contato com o Portal de Compras Públicas, pois é de inteira responsabilidade da mesma em sanar problemas relacionados com o sistema;

5.4. As propostas cadastradas divergentes ao solicitado no presente edital, serão desclassificadas, uma vez que dificulta a operacionalização do sistema em razão da classificação de ME, EPP.

5.5. Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, o licitante concorda especificamente com as condições estabelecidas neste Edital.

5.6. Após a realização da sessão pública a licitante deverá encaminhar a Proposta de Preços em uma via digitada e impressa, preferencialmente no Formulário Padrão de Proposta (ANEXO II), redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.

5.7. A licitante deverá enviar a Proposta de Preços a Prefeitura Municipal de Espírito Santo/RN – Setor de Licitações, no endereço: Rua Empresário Manoel Theodoro Freire, nº 35, Centro, Espírito Santo/RN, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, contados do encerramento da sessão, sob pena de desclassificação da proposta após comunicação.

5.8. A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ CONTER:

5.8.1. As características do objeto de forma clara e precisa, indicando as MARCAS dos produtos ofertados, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

5.8.2. Preço UNITÁRIO, TOTAL POR ITEM E TOTAL GLOBAL, em algarismo e de preferência por extenso, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência.

5.8.2.1. Que nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

5.8.3. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

5.8.4. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

5.8.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

5.8.6. Declaração de que a proposta foi elaborada de maneira independente, inclusive que não discutiu o seu teor com nenhum potencial participante do certame, assim como também não tomou conhecimento das propostas dos demais licitantes

5.9. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E LANCES NA SESSÃO PÚBLICA**

6.1. A partir do horário previsto neste Edital terão início à sessão pública do pregão eletrônico, passando a Pregoeira a aceitabilidade das propostas e logo em seguida a sua divulgação.

6.2. A Pregoeira analisará as propostas de preços eletronicamente encaminhadas, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido pelo instrumento convocatório.

- 6.3. A decisão sobre classificação de propostas comerciais será disponibilizada no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelas empresas.
- 6.4. Classificadas as propostas, iniciar-se-á a fase de lances, na qual os autores das propostas classificadas poderão oferecer lances, obrigatoriamente por meio do sistema eletrônico, sem restrições de quantidade de lances ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, mas sempre inferior ao seu último lance ofertado.
- 6.5. A cada lance ofertado, o participante conectado será imediatamente informado de seu recebimento com seu respectivo horário de registro e valor.
- 6.6. Os lances apresentados deverão referir-se em cima do VALOR UNITÁRIO POR ITEM de acordo com a unidade de medida;
- 6.7. Não serão aceitas cotações com valores unitários e totais com mais de duas casas decimais. Caso ocorra o valor deverá ser arredondado para menor.
- 6.8. Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá a Pregoeira verificar a aceitabilidade do valor ofertado.
- 6.9. Na hipótese de haver lances ou propostas iguais prevalecerão como de menor valor o lance que tiver sido primeiramente registrado.
- 6.10. Em caso de não haver lances prevalecerá o descrito no item anterior.
- 6.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 6.12. Durante o transcurso da sessão de lances, os participantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado.
- 6.13. O sistema não identificará os autores dos lances aos demais participantes.
- 6.14. Por iniciativa da Pregoeira, o sistema eletrônico emitirá aviso de que terá início do tempo aleatório (randômico) de até 30 (trinta) minutos para o encerramento da fase de lances, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.15. O tempo aleatório será gerado automaticamente pelo sistema eletrônico, podendo durar de 01 segundo a 30 minutos sendo, portanto desconhecido.
- 6.16. Em face da impossibilidade de determinação do tempo aleatório recomendam-se aos licitantes estabelecer o valor mínimo de lance, evitando assim frustração por falta de tempo hábil para calculá-lo e apresentá-lo durante o tempo aleatório.
- 6.17. O sistema informará a proposta de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances, devendo os licitantes consultarem regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.
- 6.18. No caso de desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.19. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos após aberta a sessão, o pregão será suspenso e terá reinício somente após comunicação

expressa aos participantes por meio do próprio sistema. Ficando o licitante responsável pelo acompanhamento.

6.20. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o sistema verificará e classificará a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº. 147/2014.

6.21. Poderão ser corrigidos automaticamente pela Pregoeira depois de encerrados, erros relativos a operações matemáticas.

6.22. Casos não se realizem lances serão verificados a conformidade entre a proposta de menor valor e o valor estimado da contratação.

6.23. Todos os avisos de suspensão em decorrência de horário de expediente ou fatos supervenientes, serão disponibilizado no sistema utilizado, sendo de inteira responsabilidade o acompanhamento por parte do licitante.

6.24. Todos e quaisquer avisos pertinentes ao certame serão postados no chat e/ou anexados no campo "DOCUMENTO" no sistema [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Não podendo o licitante alegar desconhecimento da informação, sob pena de decair seus direitos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA HABILITAÇÃO**

7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

7.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº. 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.2. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

7.2.1. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, neste caso, preferencialmente, em até 24 horas úteis antes da sessão, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

7.3. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

### 7.3.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa individual (Requerimento de Empresário).
- b) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e sua devida publicação na imprensa oficial. No caso de alterações será admitido o Estatuto ou o Contrato Social consolidado e aditivos posteriores, se houver.
- c) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3.1.1 - Caso já tenham sido apresentados no momento do credenciamento para este Pregão, os documentos relacionados nas alíneas “a” e “b” do item anterior não precisarão constar do envelope de habilitação.

### 7.3.2 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

- a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** expedida pelo Distribuidor da sede da Licitante, emitida nos últimos **30 (trinta) dias**, a contar da data da abertura dos envelopes de habilitação.

### 7.3.3 - REGULARIDADE FISCAL:

- a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ/MF**, expedido pela Receita Federal.
- b) Certidão de Regularidade do **FGTS** - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos relativos aos **TRIBUTOS FEDERAIS** e à **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, emitida pela Secretaria da Receita Federal.
- d) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO ESTADO** e quanto à **DÍVIDA ATIVA DO ESTADO** do domicílio ou sede do licitante.
- e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO MUNICÍPIO** do domicílio ou sede do licitante.
- f) Certidão Negativa de **DÉBITOS TRABALHISTAS** – **CNDT**, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST.

### 7.3.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Apresentar **01 (UM)**, ou mais, Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência anterior no fornecimento (ou na comercialização) do objeto de que trata a presente licitação.

### 7.3.5 - OUTROS:



a) **DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL EMPREGADO(S) COM MENOS DE 18 (DEZOITO) ANOS** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (**Anexo III**).

b) Declaração Assegurando a Inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração (**Anexo VI**).

c) Declaração afirmando que, caso seja vencedora da presente licitação, se compromete, sob pena de rescisão contratual, a instalar, no Estado do Rio Grande do Norte (caso já não possua), escritório ou filial, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do termo contratual. O escritório ou filial deverá possuir recursos humanos e tecnológicos adequados e suficientes à regular prestação dos serviços. Tal exigência objetiva promover celeridade no atendimento das demandas do Município, custos adicionais decorrentes de ligações telefônicas interestaduais, tornando mais eficiente e econômica a comunicação entre o Município e a futura contratada (**Anexo VII**).

7.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº. 11.488/2007.

7.4.1. No caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.5. Para fins de habilitação, a Pregoeira poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

7.6. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.8. No julgamento da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.9.2. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista

urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

7.9.3. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

7.9.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.10. Ao preço do licitante declarado vencedor poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item.

7.10.1. Neste caso, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até que se atinja a quantidade total estimada no Termo de Referência.

7.11. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todas os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pela Pregoeira e por todas os licitantes presentes.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS**

8.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no art. 34 da Lei nº. 11.488/2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

8.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

8.3. Cabe a Pregoeira receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

8.3.1. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pela Pregoeira, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

8.4. O acolhimento de recurso, pela Pregoeira, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.5. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

#### **CLÁUSULA NONA - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

9.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

9.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo máximo de 08 (OITO) DIAS CORRIDOS, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

10.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

10.2. No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata.

10.3. O órgão gerenciador encaminhará cópia da Ata aos órgãos participantes, se houver.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO**

12.1. A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº. 7.892/2013, conforme previsto na Minuta de Ata anexa ao Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

13.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de ordem de compra e emissão de nota de empenho de despesa, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do art. 15, do Decreto nº 7.892/2013.

13.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

13.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo máximo de 08 (OITO) DIAS CORRIDOS, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à

contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

13.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

13.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13.4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

13.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

14.1 - O prazo para a entrega dos materiais será de no máximo 08 (OITO) DIAS CORRIDOS, contados a partir da data de entrega da Ordem de Compra ou Nota de Empenho.

14.2 - Os materiais deverão ser entregues na sede do Município de Espírito Santo/RN.

14.3 - Os materiais serão recebidos pela Secretaria Municipal Requisitante, da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações; e

b) definitivamente, no prazo máximo de 05 (CINCO) DIAS CORRIDOS, após a verificação da qualidade e da quantidade e consequente aceitação.

14.4 - A licitante vencedora deverá entregar o material acondicionado adequadamente e de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento.

14.5 - As despesas com seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da licitante vencedora.

14.6 - No caso de constatada divergência entre o material entregue e o especificado no Termo de Referência, a licitante vencedora deverá substituir o mesmo em no máximo 05 (CINCO) DIAS CORRIDOS, contados a partir da comunicação da recusa.

14.7 - Caso a licitante vencedora não entregue o material nas condições estabelecidas neste Edital e Anexo I (Termo de Referência), deverá a Secretaria Municipal Requisitante comunicar, de imediato, o Prefeito Municipal para as providências cabíveis.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

15.1. O pagamento será efetuado conforme o valor e a data de apresentação da nota fiscal/ fatura em até trinta (30) dias contados do ATESTO, mediante comprovante de efetivo recebimento e aceitação emitido pela Secretaria Municipal beneficiada encaminhados à Setor Financeiro, acompanhado das certidões negativas de débitos referentes à regularidade fiscal e trabalhista, fazendo menção ao Processo Licitatório, bem como do Procedimento Licitatório.

15.1.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

15.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, preferencialmente emitindo nova Nota Fiscal devidamente corrigida. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.3. Quando do pagamento, poderá ser efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234/2012.

15.3.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o art. 6º. da Instrução Normativa RFB nº. 1.234/2012.

15.4. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

15.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes deste certame correrão por conta dos recursos do Orçamento Geral do Município, conforme descrito abaixo:

Unidade: 12.002 - FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA  
Ação: 2073 - MANUT.DO FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Natureza da Despesa: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
Fonte: 10010000 RECURSOS ORDINÁRIOS

Unidade: 12.002 - FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA  
Ação: 2070 - SERV.DE CONV.E FORT.DE VINC.(CRIANÇA FELIZ) 0 A 3  
Natureza da Despesa: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
Fonte: 13110000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Unidade: 12.002 - FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA  
Ação: 2072 - MANUTENÇÃO DO IGD SUAS  
Natureza da Despesa: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
Fonte: 13110000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Unidade: 12.002 - FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA  
Ação: 2066 - SERV.DE CONVIVENCIA E FORT. DE VÍNCULOS IDOSOS  
Natureza da Despesa: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
Fonte: 13110000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Unidade: 12.002 - FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA  
Ação: 2075 - MANUTENÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA-IGD PBF  
Natureza da Despesa: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
Fonte: 13110000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Unidade: 11.002 - SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2048 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Natureza da Despesa: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
fonte: 12110000-Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde

Unidade: 11.002 - SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2059 - MANUTENÇÃO DO PAB FIXO  
Natureza da Despesa: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
fonte: 12140000- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade: 11.002 - SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2093 - MANUTENÇÃO DO - SAÚDE DA FAMÍLIA  
Natureza da Despesa: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
fonte: 12140000- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade: 11.002 - SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2090 - MANUT. DO PROG. NASF.  
Natureza da Despesa: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
fonte: 12140000- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade: 11.002 - SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2088 - MANUT. DO PROG. ESTRATÉGIA DA FAMÍLIA  
Natureza da Despesa: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
fonte: 12140000- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade: 11.002 - SEC/FUNDO. MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2061 - PROG.MUNIC.ASSIST.HOSP.E AMBULATORIAL  
Natureza da Despesa: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
fonte: 12140000- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Unidade: 03.001 - MANUT. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Ação: 2006 - MANUT.DAS ATIV.DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO  
Natureza da Despesa: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
Fonte: 10010000 - Recursos Ordinários

Unidade: 07.001 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Ação: 2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Natureza da Despesa: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 11110000 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç

Unidade: 07.001 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ação: 2031 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL-CRECHE

Natureza da Despesa: 33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 11110000 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç

Unidade: 07.001 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ação: 2020 - APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO

Natureza da Despesa: 33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 11200000 Transferência do Salário-Educação

Unidade: 07.002 – FUNDEB

Ação: 2018 - MANUT. E DESE. DO ENS.FUN.40%

Natureza da Despesa: 33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 11120000 Transferências do FUNDEB 60%

Unidade: 07.002 – FUNDEB

Ação: 2032 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL 40%

Natureza da Despesa: 33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 11110000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 10.520/2002, do Decreto nº. 3.555/2000 e do Decreto nº. 5.450/2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

17.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

17.1.2. Apresentar documentação falsa;

17.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

17.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.6. Cometer fraude fiscal;

17.1.7. Fizer declaração falsa;

17.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

17.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;

17.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993.

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6. As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

18.1.1. Caberá a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de até 2 (dois) dias úteis do recebimento.

18.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

18.2. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

18.4. É facultado a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.5. No caso de inscrições cadastrais e certidões que não constem expostos prazos de validade, serão considerados apenas aqueles cuja emissão tenha ocorrido a um prazo não superior a 90 (noventa) dias; Não se aplica as condições deste item para



documentos pessoais de sócios e jurídicos da empresa, assim como qualificação técnica.

18.6. Em todos os casos e em todas as fases do certame, serão aceitas Cópias Simples de Documentos, desde que acompanhando pela via original para autenticação da Pregoeira ou Equipe de Apoio, não sendo aceitos cópias autenticadas como original para fim de conferência, sendo imprescindível a apresentação de documento via original.

18.7. No julgamento da habilitação e das propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.8.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.9. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

18.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.13. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.14. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

18.15. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do art. 5º, III, da Lei nº. 10.520/2002.

18.16. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº. 10.520/2002, do Decreto Federal nº. 10.024/2019, da Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº. 3.722/2001, do Decreto nº. 7.892/2013, da Lei Complementar nº. 123/2006 e da Lei nº. 8.666/ 1993, subsidiariamente.

18.18. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de Tangará/RN, com exclusão de qualquer outro.

Espírito Santo/RN, 19 de outubro de 2020.

**Monique Guedes Duarte Gaspar Pinto**  
Pregoeira Oficial do Município

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000002/2020 – PMES/RN**  
**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
Rua Empresário Manoel Theodoro Freire, n° 35, Centro, Espírito Santo/RN  
CEP: 59.180-000 - CNPJ: 08.362.287/0001-01

**PROCESSO Nº. 000123/2020**

**ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Esse termo visa à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, para atender a demanda do Município de Espírito Santo/RN.

**2. JUSTIFICATIVA**

**2.1.** Sabemos que, aliada a toda gestão pública de qualidade, temos o planejamento como ferramenta de programação de novas ações a serem desenvolvidas pelo órgão. É uma metodologia de administração que consiste, basicamente, em determinar os objetivos a alcançar, as ações a serem realizadas, compatibilizando-as com os meios disponíveis para sua execução, buscando alcançar, da melhor forma possível, alguns objetivos pré-definidos.

Considerando as atividades burocráticas desenvolvidas por diversos setores da Prefeitura Municipal de Espírito Santo/RN, necessitamos de diversos materiais de expediente para o bom desempenho das atividades.

Por esse motivo, necessitamos de materiais de expediente para atender a demanda do Município de Espírito Santo/RN.

Cabe destacar que, a planilha foi formulada em divisão por lote haja vista a melhor forma de administrar a aquisição dos referidos materiais, sendo de melhor forma a aquisição através das empresa fornecedora.

**3. DETALHAMENTO DO OBJETO:**

<b>LOTE</b>					
<b>01</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>V. MÉDIO UNIT.</b>	<b>V. MÉDIO TOTAL</b>
1	AGENDA PERMANENTE	UND	30	R\$ 38,12	R\$ 1.143,60
2	Agenta Telefonica	UND	12	R\$ 31,17	R\$ 374,04
3	ALFINETE PARA MAPA	CX	24	R\$ 5,15	R\$ 123,60
4	Almofada p/carimbo nº 03 preta, auto entintada	UND	40	R\$ 7,22	R\$ 288,80
5	Apagador p/quadro branco corpo plást c/feltro	UND	500	R\$ 7,45	R\$ 3.725,00

6	APAGADOR DE QUADRO DE GIZ COM DEPOSITO	UND	50	R\$ 6,83	R\$ 341,50
7	Apontador caixa com 24unds	CX	100	R\$ 22,97	R\$ 2.297,00
8	Apontador c/deposito cx.c24unds	CX	100	R\$ 31,25	R\$ 3.125,00
9	ARQUIVO MORTO EM POLIONDA	UND	700	R\$ 6,23	R\$ 4.361,00
10	Bandeja correspondencia Simples	UND	24	R\$ 25,50	R\$ 612,00
11	Bandeja p/papel em acrilico 02compat p/correspond	UND	24	R\$ 46,83	R\$ 1.123,92
12	Barbante de algodão rl c./50mts	rls	50	R\$ 9,43	R\$ 471,50
13	BASTÃO COLA QUENTE FINA	KG	35	R\$ 53,98	R\$ 1.889,30
14	BASTÃO COLA QUENTE GROSSA	KG	35	R\$ 47,90	R\$ 1.676,50
15	Bexigas cores variadas c/50unds	PCT	100	R\$ 9,43	R\$ 943,00
16	Bloco de anotações c/50fls tipo Rascunho	BI	500	R\$ 5,20	R\$ 2.600,00
17	Borracha bicolor cx.c/40unds	CX	100	R\$ 37,17	R\$ 3.717,00
18	Borracha branca c/capa cx.c/40unds	CX	50	R\$ 70,27	R\$ 3.513,50
19	Borracha branca nº 40 cx.c/40unds	CX	100	R\$ 33,80	R\$ 3.380,00
20	Borracha Ponteira cx.c/100unds	CX	50	R\$ 30,27	R\$ 1.513,50
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA O LOTE 01</b>					<b>R\$ 37.219,76</b>
<b>LOTE</b>					
<b>02</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. MÉDIO UNIT.	V. MÉDIO TOTAL
1	Caderno Brochurra 1/4 c/96fls Capa Flexivel	UND	1.000	R\$ 6,36	R\$ 6.360,00
2	Caderno Brochurra 1/4 c/96fls Capa Dura	UND	1.000	R\$ 8,13	R\$ 8.130,00
3	Caderno brochurrão 80folhas	UND	1.000	R\$ 8,80	R\$ 8.800,00
4	CADERNO DE DESENHO BROCHURA PEQUENO	UND	500	R\$ 2,55	R\$ 1.275,00
5	Caderno pequeno Capa Dura c/48folhas	UND	1.000	R\$ 4,46	R\$ 4.460,00
6	Caderno peq Brochurra c/48fls C.Flexivel c/20unds	PCT	150	R\$ 35,66	R\$ 5.349,00
7	Caderno Univ Capa Flexivel 6matérias	UND	500	R\$ 11,30	R\$ 5.650,00
8	Caderno Univ Capa Flexivel 4matérias	UND	500	R\$ 10,23	R\$ 5.115,00
9	Caderno Univ Capa Flexivel 8matérias	UND	500	R\$ 11,70	R\$ 5.850,00
10	Caderno Univ Capa Flexivel 10materias	UND	2.000	R\$ 17,67	R\$ 35.340,00
11	Caderno Univ Capa Flexivel 1materia	UND	2.500	R\$ 8,27	R\$ 20.675,00

12	Caderno de 10Matérias Capa Dura c/200fls	UND	1.200	R\$ 21,43	R\$ 25.716,00
13	CALCULADORA TAMANHO PEQUENO	UND	20	R\$ 22,67	R\$ 453,40
14	Caneta esf esc media Azul, verm e preta cx.c/50unds	CX	320	R\$ 45,33	R\$ 14.505,60
15	Cartolina Color Set, cores variadas pct.c/20fls	UND	70	R\$ 28,00	R\$ 1.960,00
16	Cartolina Comum, sortida pct.c/100fls	UND	200	R\$ 72,67	R\$ 14.534,00
17	Cartolina Guache pacote c/20unds	UND	70	R\$ 28,00	R\$ 1.960,00
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA O LOTE 02</b>					<b>R\$ 166.133,00</b>
<b>LOTE</b>					
<b>03</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. MÉDIO UNIT.	V. MÉDIO TOTAL
1	CD-R GRAVÁVEL ENVELOPE	UND	150	R\$ 2,37	R\$ 355,50
2	Clips 2/0 pct.c/25cx, cada cx.c/100clips	PCT	15	R\$ 39,67	R\$ 595,05
3	Clips 4/0 pct.c/25cx, cada cx.c/50clips	PCT	15	R\$ 43,63	R\$ 654,45
4	Clips 6/0 pct.c/25cx, cada cx.c/50clips	PCT	15	R\$ 61,13	R\$ 916,95
5	Clips 8/0 pct.c/25cx, cada cx.c/25clips	PCT	15	R\$ 70,30	R\$ 1.054,50
6	Cola branca em Litro	lts	30	R\$ 18,03	R\$ 540,90
7	Cola branca 40grs cx.c/12unds	CX	40	R\$ 18,10	R\$ 724,00
8	Cola branca 90grs cx.c/12unds	CX	30	R\$ 32,83	R\$ 984,90
9	Cola Glitter cx.c/06unds	CX	50	R\$ 19,13	R\$ 956,50
10	COLA ISOPOR 850ML	TB	24	R\$ 52,07	R\$ 1.249,68
11	Cola Isopor 90ml cx.c/12unds	CX	24	R\$ 59,80	R\$ 1.435,20
12	Coleção de Cera estj.c/12cores	COL	2.500	R\$ 11,70	R\$ 29.250,00
13	Coleção de Cera Gizão cx.c/12col cada col.c12cores	CX	120	R\$ 7,40	R\$ 888,00
14	Coleção lápis de cor Hidrocor Fina c/12unds	ESTJ	2.200,00	R\$ 7,27	R\$ 15.994,00
15	Coleção Lapis de cor grande cx.c/12cols cada coleção c/12cores	CX	120	R\$ 6,07	R\$ 728,40
16	Envelope carta 114x162mm, pct.c/100unds	PCT	40	R\$ 12,97	R\$ 518,80
17	Envelope P.Madeira grande 31x41 pct.c/100unds	PCT	50	R\$ 68,30	R\$ 3.415,00
18	Envelope P.Madeira médio 24x34 pct.c/100unds	PCT	50	R\$ 50,00	R\$ 2.500,00
19	Envelope P.Madeira pequeno 18x25 pct.c/100unds	PCT	30	R\$ 33,30	R\$ 999,00
20	Envelope P.Madeira 26x36 pct.c/100unds	PCT	40	R\$ 42,63	R\$ 1.705,20

21	Envelope Papel Oficio 114x229mm pct.c/100unds	PCT	50	R\$ 17,67	R\$ 883,50
22	Estilete pequeno cx.c/12unds	CX	20	R\$ 14,10	R\$ 282,00
23	Extrator de grampo tipo espátula c/12unds	CX	5	R\$ 38,77	R\$ 193,85
24	Fita adesiva de papel 19x50mm	RL	150	R\$ 11,97	R\$ 1.795,50
25	Fita adesiva de papel 25x50mm	RL	150	R\$ 13,40	R\$ 2.010,00
26	Fita adesiva de papel 45x50mm	RL	150	R\$ 16,13	R\$ 2.419,50
27	Fita adesiva Durex 12x30 pct.c/10unds	PCT	30	R\$ 12,13	R\$ 363,90
28	Fita p/empact. Transparente 45x50 pct.c/04unds	PCT	33	R\$ 14,97	R\$ 494,01
29	Folha de EVA, cores variadas	UND	1.000	R\$ 1,92	R\$ 1.920,00
30	Folha de EVA, com Glitter	UND	500	R\$ 6,80	R\$ 3.400,00
31	Folha de Isopor 05mm pct.c/50unds	UND	20	R\$ 140,33	R\$ 2.806,60
32	Folha de Isopor 10mm pct.c/25unds	UND	20	R\$ 75,33	R\$ 1.506,60
33	Folha de Isopor 15mm pct.c/16unds	UND	10	R\$ 60,13	R\$ 601,30
34	Folha de Isopor 20mm pct.c/12unds	UND	10	R\$ 53,80	R\$ 538,00
35	Folha de Isopor 30mm pct.c/08unds	UND	10	R\$ 48,63	R\$ 486,30
36	Folha de Isopor 50mm	UND	40	R\$ 11,87	R\$ 474,80
37	Formulário Contínuo 80cols 1via cx.c/3000fls	CX	10	R\$ 336,67	R\$ 3.366,70
38	Formulário p/contra cheque cx.c/3000fls	CX	5	R\$ 699,00	R\$ 3.495,00
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA O LOTE 03</b>					<b>R\$ 92.503,59</b>
<b>LOTE</b>					
<b>04</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. MÉDIO UNIT.	V. MÉDIO TOTAL
1	Giz branco cx.c/50unds cada cx.c/64palitos de Giz	CX	15	R\$ 26,70	R\$ 400,50
2	Giz Colorido cx.c/50unds cada cx.c/64palitos de Giz	CX	10	R\$ 35,17	R\$ 351,70
3	Grampeador semi-industria p/até 100fls	UND	30	R\$ 86,57	R\$ 2.597,10
4	Grampo 26/6, metal, Superf niquelado cx.c/5.000	CX	50	R\$ 6,63	R\$ 331,50
5	Grampo pasta tansparente 50mm trilho plástico	PCT	24	R\$ 11,10	R\$ 266,40
6	Jogos Educativos p/Alfabetização Dominó	CX	100	R\$ 29,90	R\$ 2.990,00
7	Lápis grafite c/144unds	CX	100	R\$ 63,80	R\$ 6.380,00

8	Lápis p/transparencia, Azul,preto e vermelho c/12	CX	20	R\$ 40,03	R\$ 800,60
9	Lapiseira nº 05 corpo metal cx.c/12unds	CX	10	R\$ 77,83	R\$ 778,30
10	Lapiseira nº 07 corpo metal cx.c/12unds	CX	10	R\$ 107,83	R\$ 1.078,30
11	Lapiseira nº 09 corpo metal cx.c/12unds	CX	10	R\$ 115,83	R\$ 1.158,30
12	Liga elastica 100grs	PCT	150	R\$ 3,97	R\$ 595,50
13	Corretivo liquido cx.c/12unds	CX	30	R\$ 34,57	R\$ 1.037,10
14	Livro Ata c/100fls	UND	100	R\$ 19,00	R\$ 1.900,00
15	Livro Ata c/200fls	UND	100	R\$ 26,97	R\$ 2.697,00
16	Livro de Ponto 100fls numeradas e pautadas	UND	50	R\$ 20,43	R\$ 1.021,50
17	Livro de protocolo c/100fls	UND	50	R\$ 14,47	R\$ 723,50
18	Marca Texto cx.c/12unds, amarelo,azul, rosa e laranja	CX	150	R\$ 23,97	R\$ 3.595,50
19	Marcador p/quadro branco, cor Azul,preto,vermelh e verde cx.c/12unds	CX	200	R\$ 44,37	R\$ 8.874,00
20	Massa de Modelar c/12barras	CX	300	R\$ 15,68	R\$ 4.704,00
21	Mina grafite nº 5 HB, cx.c/12tbs tb.c/12minas	CX	12	R\$ 30,77	R\$ 369,24
22	Mina grafite nº 7 HB, cx.c/12tbs tb.c/12minas	CX	12	R\$ 25,10	R\$ 301,20
23	Mina grafite nº 9 HB, cx.c/12tbs tb.c/12minas	CX	12	R\$ 30,77	R\$ 369,24
24	Papel A4 Peso-40 pct.c/250folhas	PCT	20	R\$ 27,90	R\$ 558,00
25	Papel A4 75g reciclado c/500fls	res	350	R\$ 31,57	R\$ 11.049,50
26	Papel A4 75g Branco c/500fls	res	3.500	R\$ 25,80	R\$ 90.300,00
27	Papel Camurça, cores variadas pct.c/25unds	PCT	70	R\$ 30,80	R\$ 2.156,00
28	Papel celofane pct.c/50fls	PCT	50	R\$ 73,83	R\$ 3.691,50
29	Papel Contato rolo c/25mts	RL	20	R\$ 73,50	R\$ 1.470,00
30	Papel crepom, cores variadas	FLS	500	R\$ 1,43	R\$ 715,00
31	Papel Laminado pct.c/40fls	PCT	50	R\$ 51,30	R\$ 2.565,00
32	Papel Madeira pct.c/100fls	UND	30	R\$ 93,00	R\$ 2.790,00
33	Papel Oficio 9 res.c/500fls	res	200	R\$ 58,90	R\$ 11.780,00
34	Papel Oficio colorido A4 c/500fls	res	200	R\$ 32,83	R\$ 6.566,00
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA O LOTE 04</b>					<b>R\$ 176.961,48</b>
<b>LOTE</b>					
<b>05</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>V. MÉDIO UNIT.</b>	<b>V. MÉDIO TOTAL</b>
1	PASTA AZ OFICIO LOMBO ESTREITO	UND	120	R\$ 13,43	R\$ 1.611,60
2	PASTA AZ OFICIO LOMBO LARGO	UND	120	R\$ 13,43	R\$ 1.611,60
3	Pasta Catalogo c/100envelopes 0,06	UND	24	R\$ 25,33	R\$ 607,92

4	Pasta Catalogo c/50envelopes 0,06	UND	35	R\$ 17,03	R\$ 596,05
5	Pasta Classificadora c/fecho plástica	UND	500	R\$ 7,13	R\$ 3.565,00
6	Pasta c/elastico 20mm Polionda	UND	300	R\$ 5,33	R\$ 1.599,00
7	Pasta c/elastico 35mm Polionda	UND	250	R\$ 5,67	R\$ 1.417,50
8	Pasta c/elastico 55mm Polionda	UND	200	R\$ 6,00	R\$ 1.200,00
9	Pasta de plastico c/abas pct.c/10unds	PCT	100	R\$ 32,97	R\$ 3.297,00
10	Pasta L na cor fumê pct.c/10unds	PCT	50	R\$ 11,50	R\$ 575,00
11	Pasta c/elastico Ofício 55mm New Line	UND	250	R\$ 6,13	R\$ 1.532,50
12	Pasta c/elastico Ofício 2cmmm New Line	UND	300	R\$ 4,63	R\$ 1.389,00
13	Pasta c/elastico Ofício 4cm New Line	UND	250	R\$ 4,70	R\$ 1.175,00
14	Pasta Sanfonada c/12divisórias	UND	30	R\$ 34,90	R\$ 1.047,00
15	Pasta Suspensa cx.c/50unds	CX	30	R\$ 113,00	R\$ 3.390,00
16	Perfurador 30folhas	UND	30	R\$ 52,10	R\$ 1.563,00
17	Perfurador 50folhas	UND	30	R\$ 112,50	R\$ 3.375,00
18	Pincel atomico, Azul,Preto e verm cx.c/12unds	CX	50	R\$ 35,57	R\$ 1.778,50
19	Pincel nº 02 pct.c/12unds	PCT	20	R\$ 29,97	R\$ 599,40
20	Pincel nº 04 pct.c/12unds	PCT	20	R\$ 27,40	R\$ 548,00
21	Pincel nº 06 pct.c/12unds	PCT	20	R\$ 28,80	R\$ 576,00
22	Pincel nº 08 pct.c/12unds	PCT	20	R\$ 30,20	R\$ 604,00
23	Pincel nº 10 pct.c/12unds	PCT	20	R\$ 37,80	R\$ 756,00
24	Pincel nº 12 pct.c/12unds	PCT	20	R\$ 38,20	R\$ 764,00
25	Pincel nº 14 pct.c/12unds	PCT	20	R\$ 40,20	R\$ 804,00
26	PISTOLA DE COLA QUENTE FINA	UND	24	R\$ 22,00	R\$ 528,00
27	PISTOLA DE COLA QUENTE GROSSA	UND	24	R\$ 25,53	R\$ 612,72
28	Porta lápis/Clips/lembrete em acrilico c/base anti-derrapante	UND	20	R\$ 11,83	R\$ 236,60
29	Porta lápis/Clips/lembrete em acrilico cor fumê	UND	12	R\$ 13,50	R\$ 162,00
30	Post It 38x51mm pct.c/04blocos	PCT	40	R\$ 6,80	R\$ 272,00
31	Post It 76x102mm c/100fls	BI	40	R\$ 5,42	R\$ 216,80
32	Post It 76x76	BI	40	R\$ 5,37	R\$ 214,80
33	PRANCHETA EM ACRILICO A4	UND	60	R\$ 18,23	R\$ 1.093,80
34	PRANCHETA EM EUCATEX	UND	60	R\$ 5,22	R\$ 313,20
35	QUADRO BRANCO 1,20X2,00MTS	UND	15	R\$ 211,87	R\$ 3.178,05
36	Quadro branco 1,00x1,20mts	UND	15	R\$ 160,83	R\$ 2.412,45
37	Quadro de Aviso 0,90x0,60, tipo cortiça	UND	15	R\$ 78,23	R\$ 1.173,45
38	Reabastecedor p/quadro branco cx.c/12unds	CX	50	R\$ 77,80	R\$ 3.890,00
39	Régua 30cm pct.c/25unds	PCT	40	R\$ 14,03	R\$ 561,20
40	Régua 50cm pct.c/10unds	PCT	40	R\$ 19,30	R\$ 772,00



41	Tecido TNT, cores Primarias	Mts	2.000	R\$ 2,60	R\$ 5.200,00
42	Tesoura 20cm, comp 8, cabo poliprop. Lãm aço inox	UND	50	R\$ 11,73	R\$ 586,50
43	Tesoura escolar s/ponta pct.c/20unds	PCT	50	R\$ 79,00	R\$ 3.950,00
44	Tinta Guache cx.c/06unds	CX	400	R\$ 5,10	R\$ 2.040,00
45	Tinta p/Pincel atomico Azul c/40ml	UND	30	R\$ 4,95	R\$ 148,50
46	PEN DRIVE 8GB	UND	50	R\$ 34,27	R\$ 1.713,50
47	PEN DRIVE 16GB	UND	80	R\$ 63,03	R\$ 5.042,40
48	Pen drive 32 gb	UND	30	R\$ 86,72	R\$ 2.601,60
49	Tela p/Pintura 20x20	UND	50	R\$ 11,90	R\$ 595,00
50	Tela p/Pintura 20x30	UND	50	R\$ 14,90	R\$ 745,00
51	Tela p/Pintura 20x40	UND	50	R\$ 17,90	R\$ 895,00
52	Pilhas alcalina cartela c/2 unid 2A	Cart.	40	R\$ 7,27	R\$ 290,80
53	Pilhas alcalina cartela c/2 unid 3A	Cart.	30	R\$ 7,30	R\$ 219,00
54	Plástico bolha	Mts	100	R\$ 15,90	R\$ 1.590,00
55	Bateria CR2032	UND	80	R\$ 3,40	R\$ 272,00
56	Bateria 12 volts	UND	10	R\$ 119,00	R\$ 1.190,00
57	Crachá com jacaré	UND	300	R\$ 2,23	R\$ 669,00
58	Crachá com cordas	UND	300	R\$ 5,90	R\$ 1.770,00
59	Etiquetas auto-adesivas A4 Ref.9030 tam.105,0x41,0	CX	10	R\$ 50,67	R\$ 506,70
60	Etiquetas auto-adesivas cartaRef.8015tam.101,6x25,4	CX	10	R\$ 36,67	R\$ 366,70
61	Etiquetas auto-adesivas cartaRef.8009 tam.101,6x50,8	CX	10	R\$ 39,00	R\$ 390,00
62	Etiquetas auto-adesivas carta ref.8018tam. 66,7x25,4	CX	10	R\$ 46,70	R\$ 467,00
63	Etiqueta pimaco 6183 - tam. 50,8mmx101,6mm	CX	30	R\$ 99,37	R\$ 2.981,10
64	Escalimetro 30cm	UND	8	R\$ 31,20	R\$ 249,60
65	Fita dupla-face	UND	15	R\$ 6,07	R\$ 91,05
66	Bateria alkalina 23A 12V	UND	20	R\$ 4,90	R\$ 98,00
67	Calculadora de mesa	UND	50	R\$ 41,80	R\$ 2.090,00
68	Granpeador de mesa 26/6 20 folhas	UND	60	R\$ 14,03	R\$ 841,80
69	Porta documento A4	UND	10	R\$ 3,67	R\$ 36,70
70	Lápis de cera estaca	CX	10	R\$ 7,53	R\$ 75,30
71	Granpeador de mesa 26/6 30 folhas	UND	30	R\$ 29,50	R\$ 885,00
72	Granpo P1 grampeador semi industrial	CX	50	R\$ 15,80	R\$ 790,00
73	Trituradora	UND	4	R\$ 1.564,83	R\$ 6.259,32
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA O LOTE 05</b>					<b>R\$ 97.265,71</b>

#### 4. OUTROS

**4.1.** Os materiais deverão ser entregues na sede do Município de Espírito Santo/RN, quando solicitados no prazo máximo de **08 (OITO) DIAS CORRIDOS**, a contar do recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho.

**4.2.** As despesas com frete, deslocamento, encargos decorrentes da entrega dos materiais requisitados deverão correr a conta da licitante vencedora.

**4.3.** Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados e embalados para que sua não seja prejudicada, nem mesmo os produtos serem danificados ou extraviados.

Espírito Santo/RN, 14 de setembro de 2020.

**JOCILEIDE FERNANDES DE LIMA NOGUEIRA**  
Secretária Municipal de Administração

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000002/2020 - PMES/RN**  
**ANEXO II - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

(empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe ao Município de Espírito Santo/RN, o fornecimento do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA XX</b>						

Valor Global da Proposta: R\$ \_\_\_\_\_

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, como fretes, impostos, obrigações, entre outros.

Local e data,

-----  
carimbo (ou nome legível) e assinatura  
do Representante legal

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000002/2020 - PMES/RN**  
**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, **DECLARA**, que cumpre plenamente com todos os requisitos de habilitação constantes das condições deste Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000002/2020 - PMES/RN**.

Local e data,

-----  
carimbo (ou nome legível) e assinatura  
do Representante legal

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000002/2020 - PMES/RN**  
**ANEXO IV - DECLARAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR**  
**(Lei nº. 9.854/99)**

(empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do dispositivo no inciso V do art. 27 da Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de menor aprendiz.

Local e data,

-----  
carimbo (ou nome legível) e assinatura  
do Representante legal

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000002/2020 - PMES/RN**  
**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

(empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei penal e civil, que a ora declarante está classificada como Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedor Individual - MEI, perante (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado), comprometendo-se ainda a informar caso deixe de ser enquadrada na condição de Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedor Individual - MEI, nos termos da lei.

Local e data,

-----  
carimbo (ou nome legível) e assinatura  
do Representante legal

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000002/2020 - PMES/RN**  
**ANEXO VI - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, o **MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 08.160.756/0001-00, com sede na Rua Empresário Manoel Theodoro Freire, nº 35, Centro, Espírito Santo/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.143.026/0001-09, neste ato representada pelo **PREFEITO MUNICIPAL, FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO**, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; Decretos Municipais nºs. 003, de 14 de janeiro de 2013 e 004, de 14 de janeiro de 2013; e subsidiariamente as normas constantes na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 (com suas posteriores alterações); conforme a classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000002/2020 - PMES/RN**, homologado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, resolve registrar o preço oferecido pela licitante, como segue:

Nome ou Nome da pessoa jurídica:

CNPJ/CPF:

Endereço:

Telefone:

Representante Legal:

CPF:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto desta Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.**, conforme especificações do Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

2.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

2.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.2.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.2.3. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

2.3. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

## **CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores. No caso de aumento dos preços o fornecedor deverá solicitar revisão de valor, a qual deve ser por ele fundamentada e justificada mediante a devida comprovação da real oscilação do valor de mercado.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

4.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

## **CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;



5.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

6.1. A contratação com o fornecedor registrado, será realizada ou não, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio da emissão de nota de empenho de despesa e ordem de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

6.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.3. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta *on line*, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do art. 3º, §1º. da IN SLTI/MPOG nº. 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

6.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

6.5. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.5.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

## **CLÁUSULA SETIMA - DO PREÇO**

7.1 - Os preços registrados manter-se-ão fixos e irrevogáveis durante a validade desta Ata de Registro de Preço.

7.2 - Nas hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº. 8.666/93, o Órgão Gestor, poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro desta Ata de Registro de Preço, mediante solicitação fundamentada e aceita pelo Prefeito Municipal.

7.3 - Caso a licitante registrada solicite a revisão de preço, a mesma deverá demonstrar de forma clara a composição do novo preço, através de planilhas de custo ou apresentação de nota(s) fiscal(is) do seu fornecedor, datada(s) do período da licitação e da solicitação do reajustamento. Para análise da solicitação, o Órgão Gestor adotará ampla pesquisa de preços em pessoas físicas e jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta Ata de Registro de Preço.

7.4 - Não serão concedidas revisões de preço sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas.

7.5 - Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado, apurados o Município de Espírito Santo/RN, e os propostos pela licitante à época da realização do certame licitatório.

7.6 - Fica vedado à licitante registrada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES**

8.1 - A **EMPRESA REGISTRADA** obriga-se a:

8.1.1 - Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta;

8.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os arts. 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/1990);

8.1.2.1 - O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

8.1.3 - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

8.1.4 - Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5 - Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8.1.7 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.8 - Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.2 - O **MUNICÍPIO** obriga-se a:

8.2.1 - Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

8.2.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.2.3 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.2.4 - Efetuar o pagamento no prazo previsto.

#### **CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

9.1 - O prazo para a entrega dos materiais será de no máximo 08 (OITO) DIAS CORRIDOS, contados a partir da data de entrega da Ordem de Compra ou Nota de Empenho.

9.2 - Os materiais deverão ser entregues na sede do Município de Espírito Santo/RN.

9.3 - Os materiais serão recebidos pela Secretaria Municipal Requisitante, da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações; e

b) definitivamente, no prazo máximo de 05 (CINCO) DIAS CORRIDOS, após a verificação da qualidade e da quantidade e consequente aceitação.

9.4 - A licitante vencedora deverá entregar o material acondicionado adequadamente e de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento.

9.5 - As despesas com seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da licitante vencedora.

9.6 - No caso de constatada divergência entre o material entregue e o especificado no Termo de Referência, a licitante vencedora deverá substituir o mesmo em no máximo 05 (CINCO) DIAS CORRIDOS, contados a partir da comunicação da recusa.

9.7 - Caso a licitante vencedora não entregue o material nas condições estabelecidas neste Edital e Anexo I (Termo de Referência), deverá a Secretaria Municipal Requisitante comunicar, de imediato, o Prefeito Municipal para as providências cabíveis.

## **CLÁUSULA DECIMA - DO PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será efetuado conforme o valor e a data de apresentação da nota fiscal/ fatura em até trinta (30) dias contados do ATESTO, mediante comprovante de efetivo recebimento e aceitação emitido pela Secretaria Municipal beneficiada encaminhados à Setor Financeiro, acompanhado das certidões negativas de débitos referentes à regularidade fiscal e trabalhista, fazendo menção ao Processo Licitatório, bem como do Procedimento Licitatório.

10.1.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

10.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, preferencialmente emitindo nova Nota Fiscal devidamente corrigida. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.3. Quando do pagamento, poderá ser efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234/2012.

10.3.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o art. 6º. da Instrução Normativa RFB nº. 1.234/2012.

10.4. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

## **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 10.520/2002, do Decreto nº. 3.555/2000 e do Decreto nº. 5.450/2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

11.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

11.1.2. Apresentar documentação falsa;

11.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

11.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.6. Cometer fraude fiscal;

11.1.7. Fizer declaração falsa;

11.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

11.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;

11.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000002/2020 – PMES/RN** e a proposta da empresa.

12.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº. 10.520/2002, do Decreto nº. 5.450/2005, do Decreto nº. 3.555/2000, do Decreto nº. 7.892/2013, da Lei nº. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº. 3.722/2001, da Lei Complementar nº. 123/2006 e da Lei nº. 8.666/1993, subsidiariamente.

12.3. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de Goianinha/RN, com exclusão de qualquer outro.

**MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO**  
**FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

Pessoa Registrada

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000002/2020 – PMES/RN**  
**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE**  
**IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

(nome ou nome da pessoa jurídica) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pelo Município de Espírito Santo/RN e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data,

-----  
carimbo (ou nome legível) e assinatura  
do Representante legal

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000002/2020 – PMES/RN**  
**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO**

(nome ou nome da pessoa jurídica) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, que caso seja vencedora da presente licitação, se compromete, sob pena de rescisão contratual, a instalar, no Estado do Rio Grande do Norte (caso já não possua), escritório ou filial, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do termo contratual. O escritório ou filial deverá possuir recursos humanos e tecnológicos adequados e suficientes à regular prestação dos serviços. Tal exigência objetiva promover celeridade no atendimento das demandas do Município, custos adicionais decorrentes de ligações telefônicas interestaduais, tornando mais eficiente e econômica a comunicação entre o Município e a futura contratada.

Local e data,

-----  
carimbo (ou nome legível) e assinatura  
do Representante legal